

MEMORIAL

Reconstrução de uma Travessia no Tempo

Concluir um memorial é deparar-se com as armadilhas de um tempo rememorado. O exercício de auto-reflexão não apazigua as próprias inquietações que são, antes, avivadas pela consciência da dificuldade de se conferir juízo coerente à trajetória vivida, sobretudo, de modo lacunar. No esforço de apreender os delineamentos, os contornos do meu percurso intelectual e acadêmico não se me manifestaram como resultado de um projeto de reflexão perseguido desde a origem; isso não significa admitir a ausência de dificuldade e de imposição de ajustamentos. No sentido inverso, as cenas se desenvolviam diante de mim como num filme a cada passo interrompido por imagens descontínuas, quando não reproduzidas por uma máquina emperrada. Em minha tentativa de repaginar o tempo, esbarrava na certeza da impossibilidade de perseguir uma direção primeva, capaz de oferecer coerência ao procedimento de reconstrução. Acabei por reconhecer que o presente é o exclusivo tempo operacional e é ele que convida à releitura memorial do passado, constituindo uma espécie de refundação simbólica, dotada de significado especial para quem a exercita.

Toda biografia, como se sabe, é tributária dos materiais oferecidos pelo biografado combinados aos instrumentos selecionados pelo biógrafo. Nos exercícios de introspecção – os autobiográficos – aguçam-se as limitações, em função da indissociabilidade das personagens. Admitindo, de saída, a ilusão de reconstituir o vivido e a inesgotável expressividade dos silêncios e lacunas, tentarei preservar uma posição intermediária, entre a emoção inescapável e a compreensão perseguida, consciente do equilíbrio tênue inerente à tenacidade dessa procura, sobretudo nos experimentos de auto-reflexão ancorados nos domínios da atividade intelectual. Procurarei, apesar disso, explorar certas possibilidades de cruzamento de um olhar orientado por exigências de minha formação, realizada no campo da sociologia da cultura, mas às quais não escapam manifestações de confidências furtivas, revelando o caráter precário de toda e qualquer impessoalidade. Penso que o encadeamento dos meus objetos de pesquisa, numa seqüência temporal, acompanhados dos problemas formulados, dos argumentos utilizados, das orientações analíticas adotadas, possa contornar os impasses dos textos filiados ao gênero memorialístico.

Nesses quase três decênios de atividade intelectual, dotada de autoria – uma vez que o meu trabalho acadêmico não recobre todo o período – assisti a uma mutação na paisagem das Ciências Sociais, que poderia resumir, de modo esquemático, na idéia do desmoronamento dos grandes sistemas explicativos. No Brasil, o impacto do que se convencionou denominar de crise dos paradigmas unitários produziu grande perplexidade, em razão da particularidade do momento e do modo pelo qual os intelectuais posicionavam-se em meio às circunstâncias daquela época. Um sentimento de insatisfação a respeito das orientações analíticas dominantes afluía por ocasião da minha estréia, *pari passu* com a percepção, nem sempre integralmente vislumbrada, da mudança do papel dos intelectuais na sociedade brasileira. A consideração desse processo, que ainda está para ser feita, passa, a meu juízo, pelo exame de acontecimentos de vária ordem, tanto internos quanto externos ao mundo intelectual e acadêmico.

De modo mais visível, as medidas implementadas pelo regime de 1964, expressas na censura, perseguições, prisões e exílio, alteraram as condições do exercício da atividade intelectual. Não é possível ignorar o efeito dramático das diretrizes instauradas sobre a configuração da intelectualidade, lançada abruptamente à convivência com a mais irrestrita vulnerabilidade. Não obstante, até por conta da realidade totalmente adversa, os cientistas sociais

brasileiros preservaram um discurso francamente de oposição ao regime, coerente com o momento geral da cultura, predominantemente situado no campo do debate das esquerdas, resguardado pelo menos, até 1969, como tão bem analisou Roberto Schwarz. Em tal contexto, o marxismo conferia o tom predominante da nossa vida intelectual que, principalmente no caso das ciências sociais da Universidade de São Paulo, já fincara raízes profundas no modo como a geração, formada nos anos 50 e reunida no “Seminário de Marx” – cujo significado tem sido cada vez mais discutido – construiu a problemática do Brasil no curso da modernidade, a partir de um discurso originado no ambiente acadêmico. O liame entre repressão política e orientação marxista favorecia, na contramão dos acontecimentos, a manutenção de uma postura crítica motivada pela idéia de se estar encarnando a visão do todo social, identificada com o papel público dos intelectuais. Paradoxalmente, a intelectualidade, até pelo menos o término dos anos 60, pôde, por isso mesmo, defender o seu lugar severamente ameaçado pelos ventos devastadores do regime, em especial aqueles grupos alojados na Universidade de São Paulo, respaldados no que restara da experiência acadêmica até então mais exitosa no país.

Expressando-se por intermédio de um ideal civilizatório, os cientistas sociais uspianos envolviam-se com os temas que contemplavam as reflexões a respeito do nosso destino ritmado pelo diapasão hegemônico da metrópole, sublinhando o caráter original da nossa história. Daí, o predomínio das análises enfeixadas pelo sentido de formação da nação, do subdesenvolvimento, da dependência, das relações sociais que escapavam dos padrões canônicos da modernidade. No bojo dessas discussões, centradas nas nossas decantadas anomalias – isto é das nossas peculiaridades –, emergira um pensamento vigoroso ajustado ao tratamento desses deslocamentos normativos; a esse propósito, cabe notar que Florestan Fernandes, em momentos decisivos das suas reflexões, explicitou a nossa condição privilegiada de cientistas sociais em país periférico: ao mesmo tempo em que a análise dessas singularidades exige a mobilização das teorias clássicas, permite pensá-las criticamente pela constatação de suas lacunas. Minha formação básica originou-se, assim, do encontro entre essa linhagem intelectual e as preocupações ancestrais com os fenômenos da cultura, mescladas com leituras vinculadas à tradição clássica da sociologia, mas num ambiente franqueado às concepções estruturalistas então em voga. Formei-me, por isso, no traçado dos grandes sistemas intelectuais, segundo uma interpretação totalizante do social e de privile-

giamento dos macroprocessos, coerentes com os anos de modernização capitalista galopante, comandados, porém, por um regime autoritário, implementador de reformas econômicas que resultavam na acentuação das desigualdades sociais endêmicas. Vejo hoje, com o passar do tempo, o quão centrais foram aquelas orientações à modelagem dos meus trabalhos; embora tenham absorvido os novos debates, atualizando-se com as propostas intelectuais florescentes, as incorporações realizadas não escapavam das referências de base. Percebo, agora, a intensidade da formação recebida, malgrado a conjuntura marcada pelo alijamento da vida acadêmica de cientistas sociais de alto relevo, do ambiente culturalmente sufocante, da reforma universitária, revelações do desconcerto de uma experiência nutrida de ambição intelectual em meio acanhado e adverso.

Paralelamente, emergiam questionamentos profundos dos sistemas intelectuais consagrados, dos quais o estruturalismo e o *linguistic turn* já eram manifestações explícitas. Pertencço, enfim, a uma geração herdeira do próprio sentido da idéia de formação, enquanto legado de uma ciência social de corte acadêmico, legitimada por procedimentos rigorosos de pesquisa, ajustada às normas do conhecimento científico.

A Universidade de São Paulo conferira o lugar genuíno de vocalização dos discursos dirigidos à interpretação da sociedade brasileira, encontrando-se, naquele momento, debilitada pela instabilidade circundante. Para os novos cientistas sociais descortinava-se um horizonte invadido por fortes incertezas face ao futuro, de redefinição do papel dos intelectuais, de mutação dos princípios que haviam norteado a academia. Destaca-se, no conjunto, a criação do sistema de pós-graduação urdidó na esteira das reformas instituídas, com a conseqüente mudança das concepções sobre o trabalho intelectual, em concomitância com a oferta de novas oportunidades de integração no mundo universitário. Ensaiei as minhas reflexões iniciais e comecei a definir os rumos do meu percurso imersa nesses condicionamentos – internos e externos à academia – durante o decênio de 1970, anos de viragem do clima intelectual e de edificação do travejamento básico dos nossos tempos.

Se é possível recuperar um sentido de direção, um *telos* próprio ao meu grupo geracional, especificamente do meu núcleo mais próximo de amigos recém-formados em ciências sociais, localizo-o na problematização da reprodução ideológica da forma mercadoria, vale dizer, das suas expressões

simbólicas. Desenhava-se, assim, parte das inclinações da história de uma geração, gênese de futuros sociólogos – acadêmicos, que transcendiam o universo das escolhas puramente voluntárias. Não por casualidade, deixamos impregnar pela visão sombria da chamada Escola de Frankfurt, que estava impregnada pela consciência da barbárie do século, oferecendo um retrato sem retoques da mercantilização completa da existência sob o capitalismo e da degradação da liberdade sob o comunismo totalitário. A construção da categoria indústria cultural, subproduto perverso do domínio da forma mercadoria, ajustava-se ao pessimismo do diagnóstico:

O meu mestrado, defendido no final do decênio de 1970, espelha esse complexo de variáveis interdependentes, significativamente intitulado *A embalagem do sistema*, dedicou-se ao estudo da publicidade, entendida como parte integrante do sistema de indústria cultural. Vista a partir do presente, a obra expressa as tensões disseminadas na universidade, posto que flagrante na sociedade brasileira. A reflexão assenta-se em três pilares fundamentais, responsáveis pelo suporte do argumento central que a atravessa: o diálogo com o marxismo, orientação analítica dominante, porém relida à luz da teoria crítica, especialmente na vertente adorniana; a emergência do sistema de indústria cultural, criando novos desafios à compreensão do país; a presença de uma realidade de agressiva repressão como instrumento do exercício do poder do Estado. O enlace entre o regime e essa cultura em pleno florescimento assumia aos meus olhos perfeita objetividade, produzindo uma espessura de nova ordem ao indissociar a gênese da indústria cultural dos aparatos repressivos estatais.

A proposta reflexiva acompanhava a problemática geral que se apresentava de modo flagrante, buscando contemplá-la no plano da pesquisa e no âmbito analítico, quando se indagava sobre as conexões entre o autoritarismo modernizador e o aprimoramento e expansão das mensagens da cultura de massa. A publicidade foi analisada como instância que articulava a produção corrente de mercadorias àquela da criação dos bens simbólicos, tendo sido tratada como componente indispensável à realização do valor na fase monopolista do capitalismo. Segundo o andamento proposto, distinguia-se a produção dos objetos materiais e culturais para revelar seu caráter necessariamente correlacionado. A importância atribuída ao movimento de reprodução da forma mercadoria, na dupla face palpável e ideológica, impunha limites à incorporação de projetos culturais efetivamente avançados.

Na consideração do caso brasileiro, o diagnóstico só poderia embeber-se do pessimismo que grassava na cultura de esquerda, solidificado pela presença de um ritmo avassalador de difusão das mensagens dos *mass-media* no interior de uma sociedade largamente iletrada. A inserção abrupta no mundo da cultura mais puramente capitalista ocorria em condições sociais e políticas adversas, instaurando um tipo selvagem de acesso à modernidade. Esse argumento central desdobrou-se no exame da formação da publicidade brasileira, entendida como parte indissociável (frankfurtianamente denominada momento) da constituição da indústria cultural no Brasil. Se a novidade do tema descortinava um campo aberto à investigação – freqüentado por outros da minha geração – o modo de visitá-lo retratava intimidade com a herança transmitida, com a chamada “Escola paulista de sociologia” (tema das minhas reflexões posteriores), nucleada por trabalhos dedicados às análises das tensões que acompanhavam a realização da ‘moderna sociedade nos trópicos’, parafraseando Florestan Fernandes.

O texto preserva, no entanto, certos cacoetes encontrados em trabalhos de estréia dos herdeiros da tradição uspiana, exibidos por aquele grupo geracional. Marcado por um estilo acentuadamente acadêmico, perceptível na autodenominação em primeira pessoa do plural – apesar do tom francamente confessional a imiscuir-se na abertura da obra –, no recurso exaustivo às notas explicativas, espécie de subtexto a matizar afirmações, o trabalho é revelador da pretensão de erigir uma dicção autoral, exposta na ousadia da construção. Cientistas sociais consagrados como Paul Baran e Paul Sweezy, até mesmo Wright Mills, foram alvo de críticas contundentes, freqüentemente impiedosas. Como os anos costumam domesticar as opiniões mais arrebatadas, substituídas pela prudência no uso dos argumentos críticos, não deixa de ser surpreendente perceber a fertilidade dessas aventuras atrevidas. A dinâmica do capitalismo, no último quarto do século XX, comprovou o equívoco das teses estagnacionistas e subconsumistas assumidas por Baran e Sweezy e que foram rejeitadas *in limine*. Do mesmo modo, orientações valorativas, comuns a certos sociólogos norte-americanos que trataram da constituição da cultura de massa, foram rechaçadas na sua integralidade. A obra parece-me agora uma espécie de testemunho de época, lastreada em concepções bem definidas a respeito do trabalho intelectual, que privilegiavam abordagens analiticamente abrangentes.

O centro da reflexão apóia-se no reconhecimento do sentido do capitalismo, ritmado pela dinâmica da reprodução global do sistema, noções

contestadas na vaga das abordagens desconstrutivistas e relativistas que instauraram uma pluralidade de compreensões sobre o social. O esfacelamento das categorias macro-explicativas, acrescido do abalo provocado pelo estruturalismo que rejeitava a noção de sujeito, esse " *enfant gâté* que ocupou por demasiado tempo a cena filosófica", segundo formulação lapidar de Lévi-Strauss, questionaram os alicerces da tradição dominante. A rigor, a própria incorporação das análises frankfurtianas já representava uma atitude de relativização da teoria consagrada, na medida em que punha em *sursis* os desdobramentos lógicos do marxismo, levando no caudal crítico as suas apostas civilizatórias. Não me parece exagerado afirmar que a minha geração perdeu rapidamente a inocência, abdicando, em certa medida, da missão de buscar uma saída para o país, mesmo porque a crescente profissionalização da vida acadêmica pressupunha a figura do especialista, redefinindo o papel dos intelectuais.

A embalagem do sistema ilustra essas posições abertamente céticas, ao constatar o rendimento das expressões mais avançadas da cultura capitalista, traduzidas nas mensagens publicitárias, forma integralmente abstrata de organização discursiva. A conseqüente opacidade parecia erigir novo círculo de ferro, dificilmente transcendido por ações da vontade humana, reais ou presumidas.

Nessa sociologia distante dos sujeitos sociais imiscuía-se a presença das leituras estruturalistas em voga no período, deixando entrever o sentimento de dilaceramento de uma experiência histórica. Não havia mais, em suma, nenhum absoluto capaz de traduzir anseios elevados, tendo em vista que "o conhecimento da salvação", segundo expressão de Max Scheler, tinha se revelado mais uma das ilusões da história. Os tempos convidavam a novos ajustamentos.

Como em todas experiências radicais, as perdas se fazem acompanhar de ganhos reais. A expansão e ampliação do acesso à universidade, juntamente com a criação da pós-graduação, traduziram-se em saudável democratização social. Em contrapartida, a especialização aprofundou inclinações que a identificavam com o domínio técnico dos procedimentos, segundo padrões acadêmicos comuns a certos cientistas sociais norte-americanos. Na vaga dessa profissionalização em curso, alterou o estilo de fatura do trabalho intelectual, adaptando-se ao formato orientado pelos cursos pós-graduados. O essencial da minha formação ocorreu, assim, no interior dessa torrente de mudanças,

muitas vezes apontando para direções opostas, exigindo uma atitude de ajustamento aos novos tempos, tendo em vista o deslocamento dos princípios herdados, em relação ao presente. Transformações profundas se abatiam sobre o país, cristalizadas em expressões agudas do tipo moderno, excluindo, porém, o lado avançado de propostas sociais e políticas. Os dilemas instaurados por essa forma específica de realização de uma modernidade conservadora, ampliavam o leque de problemas, passíveis de cristalizar novos objetos de pesquisa e de construir novos contextos semânticos. Nesse contexto, redirecionei as minhas preocupações intelectuais, deixando pelo caminho uma pesquisa completa, parcialmente redigida, à qual jamais retornei e que se o fizesse me relançaria de volta ao objeto de minha iniciação na pesquisa científica.

Para ser mais precisa, devo reconhecer que o meu afastamento dos temas próprios à sociologia da comunicação aconteceu como produto de uma constelação de insatisfações ligadas à área, sobretudo como resultado da minha indisposta identificação com os veículos de comunicação de massa. Dentre os meus descontentamentos mais agudos, encontrava-se a sensação de esgotamento das problemáticas mais desafiadoras, uma vez que, do ponto de vista analítico, apenas dois caminhos poderiam ser trilhados: a reedição das análises já realizadas ou a elaboração de pesquisas sem nenhum aporte crítico. Como já disse, formei-me numa tradição crítica da sociologia, constringendo-me a identificação com as posições em curso, ou a vivência inescapável de uma condição anômala. Em síntese, pressentia que eu não mais pertencia à confraria dos estudiosos da comunicação, ocupava-me o sentimento de não ter um lugar, circunstância que se agravava por causa da minha precária inserção profissional, exacerbada pela complexidade da construção do papel feminino no mundo profissional.

Perquiri, dentre os meus temas de interesse, um assunto capaz de ofertar-me um chão seguro ao desenvolvimento das minhas reflexões. Encontrei-o, novamente, na vivência familiar, resultando na minha tese de doutoramento – *Mitologia da mineiridade. O imaginário mineiro na vida política e cultural do país*. Com a distância dos anos, vejo que as minhas aventuras sociológicas num tema inserido no mundo da sensibilidade espelhavam dimensões problemáticas do meu próprio estar no mundo, em especial a minha condição marginal ao sistema acadêmico. O trabalho operou de modo a tecer minha própria identidade, espécie de cartão de visitas para entrada no ambiente

profissional da universidade. A mineiridade, entendida como traço psicossocial dos mineiros, sempre fora mobilizada pelas elites políticas e intelectuais do estado, típico recurso de legitimação no concerto nacional de grupos em condição desvantajosa. Curiosos são os caminhos responsáveis pelas eleições temáticas.

Apesar da escolha de um tema de raiz – que na ocasião teve êxito editorial e boa receptividade crítica – considero relevantes outros componentes a condicionarem a escolha do assunto. Respalhada em vasta e diversificada fonte documental, a reflexão abria-se em tom confessional, mas tratava, em seguida, da política brasileira e da conciliação como a expressão recorrente dos acordos que embasavam o exercício do poder. Embora a pesquisa tivesse privilegiado os registros culturais, em consonância com as escolhas valorizadas pelo gosto de origem, a política vertebrava o andamento analítico. O enlace cultura e poder foi ressaltado na teia argumentativa estabelecendo fortes relações com o tempo presente, especialmente com o momento da redemocratização, que exigiu manejo político e referência permanente à idéia da conciliação como solução para os impasses do país. Creio que, em larga medida, a repercussão do livro deveu-se ao tratamento de um assunto em grande evidência. Se o pessimismo impregnava a primeira obra, nesta a crítica ácida atenuava-se diante de certas manifestações sorrateiramente álcres. Percorria as páginas do texto uma espécie de sentimento de esperança, mitigado, porém, pelo andamento analítico de espessura de um possível rearranjo do país, trilhava o mesmo leito das apostas pessoais.

O reajustamento do mundo intelectual e acadêmico, verificado no decênio de 1980, testemunhava o retorno dos seus participantes mais distinguidos à atividade política, mesmo nos quadros partidários. As posturas puramente realistas não eram mais veementemente escoimadas, em nome da justificada presença no jogo do poder e da possibilidade de influenciar os rumos a serem percorridos. A reconciliação com as atividades intrínsecas ao exercício da política não se revestiu, nas suas expressões mais típicas, de alusões à missão redentora da intelectualidade; realizou-se, sobretudo, de modo pragmático.

Mitologia da Mineiridade não estava imune a essas questões, embora partisse do caráter mítico da construção, num andamento próximo ao tipo-ideal, procurei revelar a arbitrariedade inerente às elaborações simbólicas. As análises dedicadas aos textos literários problematizaram, sobretudo, as dimensões imaginárias, isto é, não imediatamente reprodutivas, manifestas

na ultrapassagem mitigada da figura do mito. Um quadro de tensão não resolvida vai se configurando, ao ponto do evanescimento da mineiridade nos parágrafos finais; a identidade dos mineiros dissolveu-se no fluxo de um tempo a ela estranho. Quem sabe, seja esse um dos motivos a explicar a surda indiferença provocada pelo livro nos meios acadêmicos mineiros, numa atitude oposta à da imprensa local e da maior parte da crítica publicada fora do estado.

Estou hoje convencida do difícil equilíbrio analítico em temas dessa natureza, conduzindo ao comprometimento da recepção: comumente as interpretações destacavam ângulos de exaltação da cultura mineira, provocando reações de aplausos entusiásticos, algumas vezes de reserva crítica. Pretendi, na verdade, tratar de uma construção simbólica especialmente diferenciada e complexa, encontrada nos mais diferentes gêneros, desde os discursos políticos até grandes obras da literatura. Todo o esforço dirigia-se à preservação das particularidades discursivas, analisadas segundo a diversidade do seu significado, isto é, como uma construção mítica que se reproduz em formas semânticas singulares, ideológicas e imaginárias. As distinções estabelecidas ocorriam no interior de uma mesma estrutura simbólica; tratava-se de configurar um sistema cultural. Retomava, por esta via, a linhagem da teoria crítica que orientou meus estudos sobre a indústria cultural, para explorar as suas possibilidades em outras dimensões da cultura, sintoma de reorganização da hierarquia dos temas e de mudanças surgidas no cânon sociológico.

As minhas leituras no campo das análises sócio-antropológicas dos mitos, se foram importantes no andamento reflexivo, não anularam, contudo, a presença das duas orientações fundamentais à minha formação: o marxismo e a teoria crítica. A primeira perspectiva delineou o tratamento de uma cultura materialmente implantada, o que justifica o longo escorço historiográfico; a segunda desenhou o aludido andamento que desembocou no esfumaçamento da identidade dos mineiros no prisma do tempo, apontando para a situação de impasse. Considero, no entanto, a análise do imaginário a maior novidade neste meu percurso.

Inspirada no livro de Cornelius Castoriadis *A instituição imaginária da sociedade*, pude enfrentar o problema da criação cultural enquanto ato não diretamente reprodutivo. Exatamente na parte final da obra, quando se chega à idéia da ruptura da constituição mítica, através dos textos literários entendidos

como *poésis*, cria-se a alusão de uma cultura em franco processo de desaparecimento. O arremate realizado com os versos de Drummond busca exatamente esse sentido, na referência à completa venalidade dos bens de raiz. Tendo partido dos vínculos originários, esgarcei-os ao limite da desapareição.

O retorno ao problema do sujeito, ocorrido em contexto de negação do estruturalismo e que encontrou em Castoriadis um dos críticos mais acerbos dessa corrente de pensamento, não se fez em consonância com a tradição anterior. Repensada à luz da própria teoria crítica, bem como da aventura estrutural, a problemática de reposição dos sujeitos necessariamente integraria as esferas do subjetivo, do inconsciente, do ser cindido nessa travessia do tempo que não pode retomar o vivido, princípio bem conhecido dos historiadores. A “vida como travessia”, expressão sublinhada na última seção do livro, a propósito de uma personagem rosiana, refaz a imagem do sujeito fragmentado, também da impotência diante do mundo, mas não da sua completa anulação. O dilema instaurado também fluía das minhas contradições, escandindo liames profundos entre trajetória existencial e temas de pesquisa.

A rigor, sempre guardei estreitos vínculos com os meus objetos de investigação, mesmo quando me foram sugeridos. O texto *A sociologia no Brasil*: Florestan Fernandes e a “Escola Paulista”, elaborado por exigência do projeto *História das Ciências Sociais no Brasil*, desenvolvido no IDESP, exemplifica as fortes relações que mantenho com as minhas pesquisas. Na verdade, não é simples escovar a própria formação; tampouco defrontar-se com personagens reverenciadas, modelos arrematados de cientistas sociais. Não por casualidade, a epígrafe de abertura elege o verso de Tomás Antônio Gonzaga: “Estão os mesmos deuses sujeitos ao poder do ímpio fado”. A escolha retrata o meu próprio estado de espírito, espelhando as hesitações de submeter a escrutínio os mitos de origem. Fui, novamente, compelida a conviver com os meus fantasmas, engolfada num duplo movimento de desenraizamento e de enraizamento, simultaneamente vividos, obrigando-me a acertar contas com a herança recebida. Cada passo da pesquisa revigorava o meu reconhecimento da importância da escola na qual me formei, sobretudo, se comparada a outras experiências efetuadas na mesma época no Brasil. A passagem para a condição de analista ocorria, desse modo, em meio a sentimentos tumultuados.

Realizei a minha interpretação da chamada “Escola Paulista de sociologia” – imagem difundida a partir do meu texto – centrada no percurso de Florestan Fernandes, na consideração do seu projeto sociológico, no tratamento da sua obra mais relevante. Visitei, assim, o cerne da ciência social praticada na Universidade de São Paulo, avaliei a trajetória e a obra do seu representante mais ilustre, autor de reflexão vasta e diversificada, responsável pela formação de equipes de pesquisadores de excelência, principal criador da modelagem da figura do *scholar* e do profissional acadêmico. Enfrentei, nessa medida, a personalidade mais poderosa e expressiva das novas disciplinas e que vivia, na época do estudo, franca condição de unanimidade. A ousadia de submeter o seu projeto a um conjunto de condicionantes – institucionais, intelectuais, sociais e biográficos – não deixou de ser atrevido, principalmente se aquilatado no prisma da condição de gênero. Florestan Fernandes era o lídimo representante do caráter masculino na formação do estilo moderno do sociólogo, identificado com uma escrita objetiva, rigorosa, pautada pelos cânones científicos, despojada de todos os atavios literários. Adequado, enfim, à socialização dos homens, apartada da forma costumeira da minha expressão intelectual.

O risco da empreitada não era desprezível. Se o resultado da reflexão pareceu a alguns insuficientemente crítico, de modo geral, o estudo suscitou debates e percebo que tem sido referência para novas investigações na área, transcorridos quase dez anos desde a sua publicação. Para mim, especialmente, a incursão pela ciência social de São Paulo combinada ao ambiente extremamente inspirador da equipe de pesquisadores responsável pelo projeto, descortinou novos horizontes temáticos, instigando-me a aventurar-me em caminhos ainda pouco conhecidos. *Metrópole e Cultura. São Paulo no meio do século XX* nasceu desse novo desafio.

A leitura metódica da obra de Florestan Fernandes e de seus discípulos provocava a minha imaginação, entranhando-me de paulatina familiaridade com a história de São Paulo no pós-guerra, no trânsito para constituir-se em metrópole moderna. Meu conhecimento da experiência intelectual da universidade facilitou a percepção de suas ligações com esse movimento que, necessariamente, deveria manifestar-se no conjunto da cultura. Duas aproximações ao tema ocorreram de modo simultâneo: a leitura do notável livro de Karl Schorske, *Viena fin – de – siècle*, dedicado à interpretação da cultura modernista austríaca nas quadras finais do século XIX e virada para o

XX; a semelhança entre o projeto universalista de ciência, perseguido por Florestan Fernandes, com propostas culturais internacionalistas, coerentes com a linguagem abstrata, desenvolvidas pelo movimento concreto na poesia e nas artes. Essas descobertas despertaram a emoção nutrida no sentimento de que novo tema estava prestes a coagular e a enredar-me, sem nenhuma possibilidade de alforria.

Metrópole e Cultura incorpora, pois, um problema já revisitado pela literatura dedicada às análises da relação entre a experiência cosmopolita e o modernismo, mas a partir do dimensionamento das propostas vanguardistas em contextos periféricos. O pós-guerra foi um momento prodigioso da história de São Paulo que se desdobrou em impulsos de inovação cultural, ainda não acontecidos em tantos campos simultaneamente. Selecionei algumas expressões privilegiadas, aquelas que conferiram a dicção renovada, para compor o quadro do período, permitindo-me avaliar a amplitude das transformações e as promessas nele contidas. Após a explicitação do cenário, transtornado pelo intenso desenvolvimento industrial, pela complexidade social marcada pelas correntes migratórias, deitei o foco sobre a dinâmica da urbanização e da elaboração dos projetos arquitetônicos. A construção do Parque do Ibirapuera, concebido para comemorar os festejos do IV Centenário da cidade, sela o projeto da modernidade paulistana. Tratei das instituições culturais criadas no período – museus, teatro, cinema, rotinização da vida acadêmica –, localizando o lastro dos projetos de inovação; explicito o novo padrão do mecenato, representado por imigrantes enriquecidos; analisei de forma detida a dramaturgia de Jorge Andrade, a sociologia de Florestan Fernandes e o movimento concreto na literatura e mesmo nas artes. Fui levada a pesquisar grande variedade de fontes documentais, muitas delas pouco usuais em reflexões sociológicas, como catálogos de exposições, projetos arquitetônicos, programas de eventos, tendo em vista abranger os múltiplos ângulos daquilo que denominei linguagens da cultura. Acompanhei a dinâmica dessas linguagens no tempo, das suas propostas de origem ao esgarçamento resultante de injunções múltiplas. Pretendi, em suma, destrinchar o projeto da modernidade paulistana.

A reflexão caminhou, desse modo, até o início do decênio de 1970, demarcando a clivagem introduzida pelo regime autoritário, explorando seus efeitos sobre a cultura. Há, no livro, portanto, um movimento semelhante ao do fluxo do pensamento em *Mitologia da Mineiridade*, pois ao adensamento

do tecido cultural corresponde, em momentos posteriores, a fratura característica do desmembramento. A pergunta fundamental refere-se, em suma, à própria viabilidade de projetos vanguardistas vicejarem em sociedades atravessadas por forças contraditórias que instituem um tipo de “modernidade precária”, para lançar mão de uma feliz expressão. Embora o esforço analítico se concentrasse no tratamento da lógica interna das linguagens, elucidando-as segundo seus próprios termos, evitei tomá-las como essências intocadas pelo social. Mas, como me acerquei de São Paulo pela via da cultura, operei com uma noção de realidade filtrada da análise das obras, coerente com as fontes pesquisadas.

Se do ponto de vista formal a moldura frankfurtiana destaca-se, em particular na aceitação do princípio da regressão civilizatória, quando promessas são parcialmente realizadas, a consideração específica de cada linguagem derivou de múltiplas referências. A orientação seguida solidificou-se, sobretudo, na percepção dos impasses analíticos criados pela utilização da categoria de sistema cultural. Cheguei à conclusão sobre a inviabilidade de transferência e simples da noção utilizada na análise da cultura de Minas Gerais. A cultura de São Paulo no meio do século XX, escapava às articulações e ajustamentos pré-estabelecidos. Face ao desânimo percebi, a uma certa altura, que o meu estudo se inviabilizaria caso preservasse conexões mais soltas entre os gêneros, resguardando a diversidade da forma de impregnação da experiência inerente à modernidade cosmopolita em cada linguagem. Os aportes conceituais subordinaram-se aos registros empíricos, incorporando, segundo uma crítica favorável, “valiosa reflexão metodológica”.

Para caracterizar a fragmentação do tecido cultural, inspirei-me no livro iluminado de Schorske sobre a cultura austríaca, embora tenha demarcado claramente as diferenças: em Viena, a renovação fertilizou-se no terreno da desilusão; em São Paulo, nutriu-se da esperança vigorosa no futuro. Em *Viena-fin-de siècle* a política vertebrava a cultura em sua gênese; em *Metrópole e Cultura* inverte-se a equação, pois a cultural ordena a modalidade da incorporação da política, preservada até a ante-sala do rearranjo dos projetos. A mudança do comando já era sintoma de que múltiplos constrangimentos instauraram-se no âmbito das linguagens, comprometendo a realização integral das propostas originais, mesmo antes do desenlace provocado por medidas tomadas pelo regime de 1964.

Formei-me nessa conjuntura, em meio a um projeto de ciência social frustrado por seus questionamentos internos, burlado pela violência característica daqueles tempos inclementes. Não por casualidade, revisitei a tradição recebida e deixei-me permear por suas propostas, procurando, no entanto, um lugar a partir do qual pudesse privilegiar um ângulo de abordagem original. A ruptura forçada da identidade do seu mais preeminente artífice era expressão incontestável do poder da sociedade em conferir sentidos não previstos pela ação dos sujeitos. Esse reconhecimento se fez acompanhar da constatação de que me encontrava totalmente devotada à disciplina que praticava, herdeira confessa de minhas tradições. Convertera-me em mais uma personagem desse teatro de sombras.

Um amigo de geração observou que terminei a minha pesquisa sobre a cultura de São Paulo nos anos que correspondem ao início da minha vida na cidade, quem sabe movida pelo desejo de recuperar a história pregressa e, desse modo, para incorporá-la. Esta interpretação levou-me a perceber que completei a minha formação sociológica quando ousei refazer os caminhos de partida dos mestres e internalizei um modo de problematizar a realização da sociedade moderna no Brasil, absorvendo-os nas minhas análises. Nessa travessia, construí a minha identidade de socióloga, uma identidade nutrida pela ambigüidade de ser intérprete do próprio legado. Na contraface desse aparente repouso, desponta a realidade nua e fria do impossível retorno.